

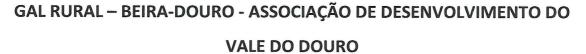




CONTRATO PARA A GESTÃO DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DE BASE COMUNITÁRIA (DLBC)

DO

GRUPO DE AÇÃO LOCAL (GAL)





- i. Os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) constituem uma contribuição fundamental para a recuperação económica e estrutural do país, consagrada no Acordo de Parceria que Portugal assinou com a Comissão Europeia, onde foram adotados os princípios de programação da «Estratégia Europa 2020» e políticas de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial.
- ii. A aplicação dos FEEI em Portugal está subordinada às prioridades de promoção da competitividade e internacionalização da economia, de formação de capital humano, de promoção da coesão social e territorial, da reforma do Estado, no quadro do desenvolvimento sustentável e das exigências do processo de consolidação orçamental.
- iii. As Estratégias Territoriais previstas no Acordo de Parceria configuram um contributo muito relevante para o reforço da dimensão territorial da Estratégia Europa 2020.
- iv. Em concreto, o Acordo de Parceria propõe, para o período 2014-2020, potenciar a experiência de ciclos de programação anteriores na promoção de abordagens integradas de cariz *bottom-up*, promovidas pelas comunidades locais, com especial destaque para a abordagem LEADER, através da mobilização do instrumento regulamentar Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC).
- v. Ainda segundo o Acordo de Parceria, o instrumento DLBC pretende dar resposta aos elevados níveis de desemprego e aos crescentes índices de pobreza, através da dinamização económica local, da revitalização dos mercados locais e da sua articulação com territórios mais amplos e, em geral, da diversificação das economias locais, do







X

estímulo à inovação social e à busca de novas respostas a problemas de pobreza e de exclusão social em territórios desfavorecidos em contexto urbano e em territórios rurais ou costeiros economicamente fragilizados ou de baixa densidade populacional.

220

- vi. O instrumento DLBC, nos termos definidos no artigo 66.º do DL n.º 137/ 2014, de 12 de setembro, corresponde à materialização das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) que se pretendem integradas e multissetoriais para a promoção do desenvolvimento local e que se destina a responder aos objetivos e necessidades de um determinado território, sendo concebidas e executadas pelas comunidades locais organizadas em Grupos de Ação Local (GAL).
- vii. O processo de lançamento do instrumento DLBC envolveu duas fases, organizadas através de concurso e convite conjuntos das Autoridades de Gestão envolvidas no financiamento deste instrumento, que integraram a respetiva Comissão de Avaliação: a primeira fase, através de concurso, relativa à pré-qualificação das parcerias e a segunda fase, através de convite, relativa à seleção das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) e reconhecimento dos Grupos de Ação Local (GAL).
- viii. A seleção da Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) e o reconhecimento do GAL Rural – BEIRA-DOURO - Associação de Desenvolvimento do Vale do Douro foi concluído em 23 de novembro de 2015, por decisão da Comissão de Avaliação constituída para o efeito.

é celebrado o presente contrato entre:

Autoridade de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020, neste ato representada por Patrícia Cotrim que outorga na qualidade de Gestora da Autoridade de Gestão, nos termos previstos no Despacho n.º 13279-F/2014, de 31 de outubro;

Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020, neste ato representada pelo Presidente da Comissão Diretiva, Emídio Gomes, nos termos previstos no n.º 2 do mapa VI da Resolução do Conselho de Ministros n.º 73-B/2014, de 11 de dezembro, publicada no Diário da república, 1.º Série, n.º 242, de 16 de dezembro de 2014 e no Despacho







n.º 10583/2013, de 14 de agosto, da Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território;

Εo,



Grupo de Ação Local Rural – GAL BEIRA-DOURO (BEIRA-DOURO) neste ato representado pela Associação de Desenvolvimento do Vale do Douro - BEIRA-DOURO, que outorga na qualidade de Entidade Gestora, pessoa coletiva nº 503427870, com sede na Avenida das Acácias, s/n 5100- 070 Lamego, neste ato representada por Rui Jorge Santos Rocha Oliveira, na qualidade de Presidente da Direção e por Francisco Manuel Lopes, na qualidade de Tesoureiro da Direção;

O presente contrato rege-se pelo disposto nas cláusulas seguintes e nos documentos anexos, que dele fazem parte integrante:

Cláusula 1ª

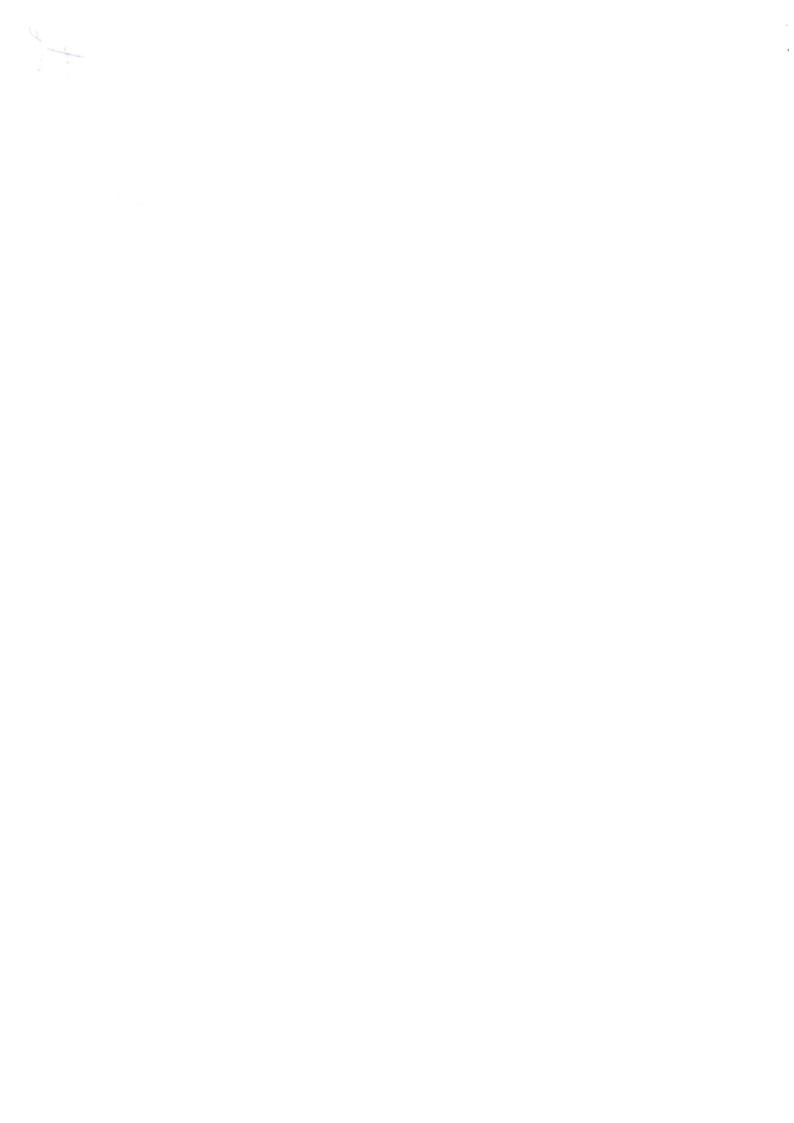
Objeto

O contrato para a gestão da estratégia de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), adiante designado de contrato, é celebrado ao abrigo do artigo 66º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, e define, em complemento à aplicação da regulamentação comunitária e nacional aplicável, os termos e condições em que as Autoridades de Gestão dos Programas financiadores apoiam a Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL), nos termos do Anexo 1, acordada com a BEIRA-DOURO, e os compromissos desta entidade em termos de investimentos, metas e resultados a alcançar no território constante do Anexo 2.

Cláusula 2ª

Dotação financeira

 Para o financiamento da Estratégia de Desenvolvimento Local, as Autoridades de Gestão dos Programas financiadores asseguram para o período de vigência dos Programas um apoio global de Fundo que totaliza 4.865.697,62 euros.









 A Autoridade de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020 assegura um apoio de 2.733.897,62 euros do FEADER, para comparticipar os projetos enquadrados nas Medidas previstas no Anexo 3.

3. A Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020 assegura um apoio de 799.425,00 euros FEDER e de 1.332.375,00 euros FSE, que totalizam um montante de 2.131.800,00 euros para comparticipar os projetos enquadrados nas tipologias de ação das prioridades de investimento previstas no Anexo 3.

Cláusula 3ª

Metas, resultados, acompanhamento e avaliação

- A BEIRA-DOURO compromete-se a contribuir para o cumprimento das metas dos Programas financiadores através das metas dos indicadores de realização e dos indicadores de resultado associados às medidas e tipologias de operações/prioridades de investimento contratualizadas, previstas no Anexo 3.
- 2. Nos termos do n.º 9 do artigo 66.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, o contrato é objeto de avaliação intercalar em 2019, podendo ser alvo de revisão, em sentido decrescente ou crescente, ou rescisão em função do grau de concretização das metas previstas para 2018 nos indicadores de realização e resultado, nos termos a definir na operacionalização do quadro de desempenho do Portugal 2020 e dos seus programas.
- 3. A BEIRA-DOURO, conforme estabelecido na regulamentação comunitária e nacional aplicável, compromete-se a responder atempadamente a todas as solicitações das entidades europeias, nacionais e dos Programas financiadores, nomeadamente relacionadas com os processos de acompanhamento, monitorização e avaliação.
- 4. De forma autónoma à avaliação referida no número 2 da presente cláusula, a BEIRA-DOURO compromete-se a realizar uma avaliação intercalar de operacionalização e dos primeiros resultados da implementação do contrato, a concluir até ao final do primeiro trimestre de 2019, com referência a 31 de dezembro de 2018.











Cláusula 4ª

Vigência

O presente contrato produz efeitos na data da sua assinatura, sendo válido enquanto vigorarem os Programas financiadores e não for denunciado por algum dos subscritores, nos termos acordados na adenda ao contrato ou no protocolo de articulação funcional referidos na cláusula seguinte.

Cláusula 5ª

Elementos integrantes do contrato

- As competências delegadas, bem como os restantes direitos e deveres da BEIRA-DOURO, serão objeto de adenda ao presente contrato ou de protocolo de articulação funcional, a outorgar com cada uma das Autoridades de Gestão dos Programas financiadores.
- 2. No caso da delegação de competências enquanto organismo intermédio pela Autoridade de Gestão do Norte 2020, ocorrerá na sequência da homologação prevista na alínea g) do n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro.
- 3. Fazem ainda parte integrante do contrato os seguintes anexos:

Anexo 1: EDL aprovada pela Comissão de Avaliação.

Anexo 2: Território de intervenção.

Anexo 3: Quadro de financiamento por Fundo e Prioridade de Investimento/ Medida e Quantificação das metas dos indicadores de desempenho do contrato (realização e resultado) para 2018 e 2023

Ponte de Sor, em 27 de janeiro de 2016

Feito em triplicado, o presente Contrato é assinado pelas partes valendo estes exemplares como originais.







A Gestora do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020

Patrícia Cotrim

O Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020

Emídio Gomes

O Grupo de Ação Local Rural - GAL BEIRA-DOURO - Associação de Desenvolvimento do Vale do Douro

Presidente da Direção

Rui Jorge Santos Rocha Oliveira

Tesoureiro da Direção

Francisco Manuel Lopes



ANEXO 1





ADSC Agência para o Pesenvolumento e Conseño I D

Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-015

Caracterização do Promotor

Aviso

Código

Designação

DLBC-99-2015-02

DLBC 2ª fase – Período para submissão dos ajustamentos às candidaturas, conforme decisão da Comissão de Avaliação dos DLBC de 27/11/2015

Programa Operacional

Desenvolvimento Local de Base Comunitária

Eixo Prioritário

Não aplicável

Objetivo Temático

Não aplicável

Prioridade de Investimento

Não aplicável

Tipologia de intervenção

Não aplicável

Plano Estratégico

Identificação do Promotor

NIF

Nome ou Designação Social

503427870

BEIRA-DOURO - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO DOURO

Morada (Sede Social)

PR DO COMÉRCIO 20

Código Postal

5100-000

Localidade

LAMEGO

NUT III

NUT II

Douro

Norte

Telefone

E-mail

254611223

Telefax

direccao@beiradouro.pt







URL

Tipologia de Beneficiário

Agências e associações de desenvolvimento regional e local

Identificação do Responsável Técnico da Operação

Nome Responsável

rui jorge santos rocha oliveira

Cargo Responsável

Coordenador do GAL

Serviço/Departamento

ETL

Telefone Responsável

254611223

Telemóvel Responsável

938717938

Email Responsável

direccao@beiradouro.pt

Email Alternativo

geral@beiradouro.pt

Experiência da Parceria

Experiência da parceria na implementação de estratégias de desenvolvimento

[auto-avaliação da capacidade de implementação da contratualização de fundos em quandros anteriores, incluíndo os resultados alcançados]





O GAL é a entidade responsável pela implementação do eixo 3 do PRODER no Douro Sul (Abordagem LEADER) e é, enquanto promotor, responsável por inúmeras iniciativas em parceria com os diferentes parceiros do GAL com intervenção direta no território, bem como com outros GAL, mormente da região do Douro.

A experiência na gestão de instrumentos de política de desenvolvimento local para o território do Douro, iniciou-se em 1995 com a gestão do Programa LEADER II, tendo depois tido seguimento com a gestão do Programa de iniciativa comunitária LEADER +.

Da restante atividade que se desenvolve desde a sua fundação importa destacar os seguintes projetos/programas ou iniciativas:

- Investing Douro visa organizar a oferta regional das oportunidades de investimento e promover a captação de investimento (principalmente IDE). O projeto, cofinanciado pelo eixo cooperação do PRODER, é desenvolvido em parceria com a Associação de Municípios do Douro Sul e CIM Douro; Associação do Douro Histórico e Douro Superior Associação de Desenvolvimento;
- Promoção do território e dos produtos locais iniciativa contínua de promoção do território e produtos locais, apoiada por diferentes fontes de financiamento público, incluindo capitais próprios da entidade. Visa abrir novas vias de comercialização dos produtos locais, promovendo o Douro e a diversificação dos mercados., com iniciativas dirigidas a diferentes agentes e mercados;

A Beira Douro coordena (no âmbito do PRODER, eixo cooperação, e do PO Norte) o projeto Douro WineTourism que visa desenvolver o enoturismo como produto turístico de excelência numa região triplamente património da humanidade pela Unesco. No projeto, que abrange a região demarcada do Douro, destacam-se iniciativas pioneiras no enoturismo à escala mundial como: o primeiro manual de boas práticas; aplicações móveis para diferentes sistemas operativos (exclusivas da oferta enoturismo); guia do enoturismo do Douro.

Nos instrumentos de política que se relacionam direta e objetivamente com o DLBC, o GAL Beira Douro foi a entidade gestora dos Programas de Iniciativa Comunitária LEADER II e LEADER +.

É responsável pela implementação do sub-programa 3 do PRODER (Abordagem LEADER) e tem gerido outros instrumentos de política, destacando-se:

- Programa de valorização dos Centros Rurais através da implementação do Centro Rural de São Martinho das Chãs, com intervenção em 3 concelhos em iniciativas de valorização do património rural e na capacitação das associações culturais e sociais.
- Programa AGRIS -Ação 7.1. Valorização do ambiente e do património rural, através do Plano de intervenção de Fonte Arcada, com o objetivo de valorizar o património rural e alavancar artes e ofícios tradicionais.
- ON -medida 1.4- Douro e Trás-os-Montes: Promoção do território, captação de investimento. Projeto em parceria com a Associação de Municípios do Vale do Douro Sul, visou a captação de investimento (IDE).
- Douro wineTourism (ON2 Programa Operacional da Região Norte), este projeto visa promover o Douro como destino de enoturismo de excelência mundial.

Destacam-se de um vasto leque de projetos e iniciativas levadas a cabo ao longo dos 20 anos de envolvimento da Beira Douro no desenvolvimento local, os seguintes:

- Aldeias de Portugal; Sementes de Futuro; Aldeias de Tradição; Dinamização dos Territórios Rurais de Entre Douro e Minho e Douro Sul; Itinerários turístico-culturais do Douro Sul – Rotas Medievais.

Entidades







NIF	Designação	Data da Constituição	Data Início da Atividade	CAE	Tipo
503236667	Associação de Fruricultores do Concelho de Armamar	24/02/1994	27/06/1994	94995	Natureza Jurídica privada
506349381	MUNICÍPIO DE RESENDE		01/01/1986	84113	Autarquias Locais
506892646	MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA PESQUEIRA	01/01/1974	01/01/1974	84113	Autarquias Locais
506601455	Município de Tabuaço	13/02/2015	13/02/2015	84113	Natureza jurídica pública
504040626	Cooperativa agrícola de Penela da Beira	03/10/1997	03/10/1997	46311	Natureza Jurídica Privada
507310586	Cryseia - Animação Turística e Organização de Eventos, Lda	13/02/2015	13/02/2015	93294	Natureza Jurídica privada
503694479	FLOPONOR - FLORESTAS E OBRAS PÚBLICAS DO NORTE, S.A.	16/08/1996	16/08/1996	46731	Sociedades Comerciais
503647780	Gabinete de Apoio Empresarial do Vale do Douro CRL	03/04/1996	13/02/2015	82990	Natureza Jurídica privada
504128221	Gesticaça, Ida	13/02/2015	13/02/2015	01701	Natureza Jurídica privada
509200346	Hellocare, investimentos imobiliários, Lda	13/02/2015	13/02/2015	68100	Natureza Jurídica privada
510848338	Maputinvest, sociedade unipessoal, Ida	13/02/2015	13/02/2015	68100	Natureza Jurídica privada
505963329	Moinhos da Tia Antoninha, Ida	13/02/2015	13/02/2015	55202	Natureza Jurídica privada
600067831	Museu de Lamego	13/02/2015	13/02/2015		Natureza jurídica pública
507734882	Solar de Cambres, Lda			70220	Natureza Jurídica privada
504826468	Âmbula			88990	Natureza Jurídica privada
500952574	ASCOP, construção civil e obras públicas, Ida			41200	Natureza Jurídica privada
503573418	AAVV - ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES AGRICOLAS DO VALE VAROSA	12/12/1995	07/09/1996	94995	Associação empresarial (sem fins lucrativos)









507702166	CENTRO DIOCESANO DE PROMOÇÃO SOCIAL	21/03/2006	01/08/2007	88990	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
504676326	ESPROSER - Escola Profissional de Sernancelhe	23/07/1999	01/09/1999	85320	Natureza Jurídica privada
501176080	INSTITUTO DOS VINHOS DO DOURO E DO PORTO, I.P.	22/08/1936	22/08/1936	84130	Escola Profissional Pública
600085945	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS LATINO COELHO, LAMEGO	15/01/2013	15/01/2013	85310	Estabelecimen tos de Ensino Público - Agrupamentos de escolas
508666236	TURISMO DE PORTUGAL I.P.	27/04/2007	04/06/1956	84130	Institutos Públicos
503427870	BEIRA-DOURO - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO DOURO	08/05/1995	20/10/1995	94995	Agências e associações de desenvolvimen to regional e local
502355026	ASSOCIAÇÃO DE FRUTICULTORES DA BEIRA TÁVORA	07/06/1989	20/08/1991	94995	Agências e associações de desenvolvimen to regional e local
501665897	Caixa de crédito agrícola mutuo do Vale do Távora e Douro CRL	29/06/1979	13/02/2015	64190	Natureza Jurídica privada
506693651	MUNICÍPIO DE CINFÃES	19/11/1855	01/01/1900	84113	Institutos Públicos
506664686	MUNICÍPIO DE MOIMENTA DA BEIRA		25/04/1976	84113	Autarquias Locais
506651541	MUNICÍPIO DE PENEDONO	13/01/1898	13/01/1898	84113	Autarquias Locais
506852032	MUNICÍPIO DE SERNANCELHE		01/01/1986	84113	Autarquias Locais
506753905	MUNICÍPIO DE TAROUCA	21/10/2013	21/10/2013	84113	Autarquias Locais
504566210	ASDOURO - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ALTO DOURO	06/09/1999	06/09/1999	85591	Associação empresarial (sem fins lucrativos)





503686530	FUMADOS DOURO - COMERCIALIZAÇÃO DE CARNES S.A.	05/07/1996	05/07/1996	10110	Sociedades Comerciais
502968222	IFEC-INSTITUTO DE FORMAÇÃO EDUCAÇÃO COOPERATIVA-FUNDAÇÃO RODRIGUES SILVEIRA	30/03/1993	30/03/1993	94991	Fundações Privadas
510130780	INOVTERRA, ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL	27/01/2012	17/02/2012	94995	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
504138928	NATURIMONT - DESPORTO AVENTURA E TURISMO LDA	17/04/1998	17/04/1998	93192	Bancos e Outras Instituições Financeiras (com fins Iucrativos)
505227169	RIBAFLOR ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DE TERRAS DE RIBADOURO		09/07/2001	94995	Outras associações não enquadráveis nas opções anteriores
508656460	RUSTINATIVA, LDA	16/08/2008	16/09/2008	55202	Sociedades Comerciais
502444312	QUINTA DO PESSEGUEIRO- SOCIEDADE AGRICOLA E COMERCIAL LDA	07/08/1990	06/11/1990	01210	Sociedades Comerciais
500252793	SOCIEDADE AGRICOLA E COMERCIAL DO VAROSA S.A.	25/02/1974	25/02/1974	11022	Sociedades Comerciais
509677398	Suave Colina, Ida	12/02/2011		56101	Natureza Jurídica privada
503575615	ARTENAVE ATELIER - ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE	09/11/1994	01/08/1996	87302	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
503821632	ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIOS DO VALE DO DOURO - SUL	24/02/1997	24/02/1997	94110	Associações de autarquias locais - Associação de freguesias e de municípios de fins específicos









,
e

504395319	ATA - ASSOCIAÇÃO DO TURISMO DE ALDEIA	27/05/1999	27/05/1999	94995	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
502101911	BANDA MUSICAL OITENTA E UM	08/03/1982	08/03/1982	90010	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
504926179	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE CASTANHEIRO DO SUL	11/08/1999	01/09/2011	94910	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
502747129	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE TREVÕES	27/11/1991	01/06/1994	87301	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
504947400	GEODOURO - CONSULTORIA E TOPOGRAFIA LDA	04/09/2000	04/09/2000	71120	Sociedades Comerciais
506654168	ASSOCIAÇÃO DE EMPRESÁRIOS DE HOTELARIA E TURISMO DO DOURO	02/07/1998	30/03/2009	94995	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
506843190	MUNICÍPIO DE ARMAMAR	01/01/1986	01/01/1986	84113	Autarquias Locais
506572218	MUNICIPIO DE LAMEGO	01/01/1191	01/01/1191	84113	Autarquias Locais
505705966	CAVES DA RAPOSEIRA S.A.	09/10/2001	01/10/2011	11022	Sociedades Comerciais
500032335	ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUGUESA - CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA (AIP-CCI)	28/01/1837	01/01/1900	94110	Outras associações não enquadráveis nas opções anteriores
680033548	INSTITUTO POLITECNICO DE VISEU	26/12/1979	17/09/1991	85420	Estabelecimen to de Ensino Superior Público - Instituições de Ensino Politécnico







501734856	ASSOCIAÇÃO PELA INFANCIA E TERCEIRA IDADE SÃO JOÃO PESQUEIRA	09/10/1981	01/01/2000	87301	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
509971431	Quinta da Timpeira, Ida	26/09/2011		55202	Natureza Jurídica privada
208859799	João Miguel da Costa Oliveira Santos				Pessoa Singular
178003620	Rui Jorge Santos Rocha Oliveira				Pessoa Singular

Caracterização do DLBC

Identificação da área de intervenção do Pacto

NUTS III

Douro

Grupo Ação Local

Rural

Localizações

NUTS2	NUTS3	Concelho	Freguesia	Percentagem
Norte	Douro	Armamar		8,59%
Norte	Douro	Lamego		12,12%
Norte	Douro	Moimenta da Beira		16,11%
Norte	Douro	Penedono		9,80%
Norte	Douro	São João da Pesqueira		19,50%
Norte	Douro	Sernancelhe		16,75%
Norte	Douro	Tabuaço		9,80%
Norte	Douro	Tarouca		7,33%

Síntese da análise e do diagnóstico da situação territorial

Situação atual do território

Ao longo dos últimos3 momentos censitários os concelhos que integram a ABD registaram um perfil de retração demográfica constante (-10%, entre 1991 e 2001, e 7,5%, entre 2001 e 2011), em linha com a





dinâmica registada na NUT III Douro (-10%, entre 1991 e 2001, e -7,5%, entre 2001 e 2011). Os concelhos onde esta quebra foi mais expressiva foram Armamar (-16%), Penedono (-14,3%) e São João da Pesqueira e Sernancelhe (-9%).Os concelhos que evidenciam uma quebra demográfica menos significativa são Lamego (-5%) e Tarouca (-3%). O território da ABD evidencia uma padrão de envelhecimento populacional contabilizando 161 idosos por cada 100 jovens (2011).

Revela ainda fortes desafios no tocante ao perfil habilitacional dos seus residentes. Apenas 10% da população possui o ensino secundário, valor acima dos referenciais da região do Douro (9%) e abaixo do Norte (12%) e do país (13%).

Os concelhos que integram a ABD revelam uma taxa média de população residente sem nenhumas habilitações de 23%, valor superior em cerca de 5 pontos percentuais à NUT II Norte e cerca de 4 pontos percentuais a Portugal, facto que aliado a um padrão de envelhecimento populacional reforça a urgência em refletir no modelo de atratividade.

A taxa de abandono escolar registada na NUT III Douro (cerca de 20%) encontra-se alinhada com a região Norte e com o país. Entre os três momentos censitários analisados (1991, 2001 e 2011), registou-se uma quebra significativa da dinâmica associada ao abandono escolar. A retração evidenciada ao longo das duas décadas de análise, em todos os nove concelhos da ABD, supera os referenciais da NUT III Douro (-16%), NUT II Norte (17%) e do país (11%), dinâmica essa que revela o esforço desenvolvido na região para suprir os défices associados ao abandono escolar e à implementação de oferta escolar e formativa.

De acordo com dados do IEFP, a NUT III Douro apresenta uma taxa de desemprego (12%), no ano de 2013, valor alinhado com o referencial da NUT II Norte e superior (em dois pontos percentuais) ao Continente. Os concelhos mais afetados pela dinâmica do desemprego são: Lamego (18%) e Tabuaço (14%).No tocante à dinâmica do desemprego por habilitações constata-se que a esmagadora maioria da população desempregada possui o ensino básico.

O território da ABD concentra cerca de 2.502 unidades empresariais que são responsáveis por 13.681 postos de trabalho. Este conjunto de unidades corresponde a cerca de 33% dos estabelecimentos da sub-região do Douro (com cerca de 7.400 estabelecimentos). Os concelhos que possuem maior número de estabelecimentos são Lamego (34%), Moimenta da Beira (12,6%) e São João da Pesqueira (11,6%). O território da ABD revela um perfil pouco industrializado – apenas 9,7% dos estabelecimentos e 13% dos postos de trabalho. O tecido empresarial da NUTS III Douro revela uma forte atomização considerando que mais de 90% dos estabelecimentos empresariais existentes, no ano de 2010, empregam menos de 9 trabalhadores.

A região do Douro apresenta a terceira taxa de exportação mais baixa do conjunto das NUTS III de Portugal, com 3% um aumento de apenas 1% entre 2001 e 2011.

Não obstante, importa referir que a região apresenta quatro setores com forte orientação para os mercados internacionais. As indústrias alimentares e extrativas e a indústria ligada com os materiais de construção e a agricultura, a silvicultura e a pesca. Neste âmbito, é possível aferir o potencial regional associado com a matriz endógena e os respetivos produtos locais (como o vinho, o espumante, o azeite, a amêndoa, a maça, a cereja, o sabugueiro, entre outros).

O Douro possui uma reduzida especialização no setor turístico relativamente à NUT II Norte e ao país. O Douro é a segunda sub-região do Norte com o maior nível de sazonalidade (cerca de 40% das dormidas ocorrem entre Julho e Setembro), o segundo território com menor permanência dos turistas (estada média de 1,8 dias) e o segundo destino menos internacional (17%).

O número de dormidas por 100 habitantes no Douro é de 95. Estes valores encontram-se expressivamente abaixo dos referenciais do país (380) e da região Norte (124).

Estes valores demonstram o padrão territorial associado com a dimensão física das unidades turísticas e hoteleiras da região que se assume inferior ao das regiões mais dinâmicas do ponto de vista turístico.

Ao nível da procura constata-se que a NUTS III Douro é mais procuradas por turistas nacionais. Esta dinâmica é claramente contrária à constatada no país em que mais de 60% das dormidas são geradas por turistas internacionais. Uma análise mais fina, no que se reporta aos mercados emissores, permite constatar que o principal mercado emissor de turistas para Portugal é o Reino Unido (15%), seguido de Espanha e Alemanha (ambos com 9%). No caso concreto da NUTS III Douro constata-se que mais de 75% dos turistas são portugueses, o que demonstra a ampla dependência deste território do mercado interno. No território da ABD existem 14 unidades hoteleiras classificadas, de acordo com dados oficiais do TPN E.R.T, de 2014. O concelho que capta o maior número de unidades é Lamego (71%).

No tocante aos estabelecimentos de turismo em espaco rural constata-se que o território da ABD possui 49





unidades registadas. Para este segmento regista-se um padrão de maior distribuição sob o território: 31% encontram-se em Lamego; 18% em Armamar, 13% em Moimenta da Beira e em Tabuaço e 9% em São João da Pesqueira e Tarouca.

Destacar que deste conjunto de unidades de turismo em espaço rural 39% correspondem a casas de campo, 35% a estabelecimentos de agroturismo e 25% a estabelecimentos de turismo de habitação.

O território da ABD, no ano de 2009, possuía cerca de 9.000 explorações agrícolas, menos 19% do que no ano de 1999. Os concelhos que possuíam maior número de explorações agrícolas eram: São João da Pesqueira (1.851), Lamego (1.551) e Tabuaço (1.129). Verifica-se que todos os concelhos da ABD registam uma diminuição do número de explorações agrícolas, no período em análise (1991-2009), com destaque para Lamego que perde cerca de 25% das respetivas explorações.

Uma análise à proporção do território afeto à Superfície Agrícola Utilizada (SAU) permite constatar que os concelhos que possuem uma matriz espacial mais ligada com o domínio agrícola são: São João da Pesqueira (49,2%), Armamar (38,7%) e Lamego (30,6%).

Apesar da forte relação deste território com a atividade agrícola constata-se que no período de dez anos (1999-2009) existem concelhos onde se verificou um retrocesso em termos de investimento e aprofundamento, marcado pela diminuição dos solos afetos à SAU, com particular incidência no concelho de Moimenta da Beira (-24,5%). Apenas em três concelhos – Armamar (1,2%), São João da Pesqueira (3,7%) e Sernancelhe (3,1%) – registou-se um aumento da área afeta à SAU.

Em relação às culturas agrícolas permanentes verifica-se que os concelhos da ABD que possuem maior produção afeta a este tipo de cultura são: São João da Pesqueira (38%), Armamar (14%), Lamego (13%) e Tabuaço (12%).

É possível constar que a vinha possui um peso expressivo (51%), facto que demonstra o papel relevante da viticultura na região do Douro e no território da ABD. As restantes culturas possuem uma expressão inferior à vinha, como é o caso do Olival (19%), os Frutos de Casca Rija (15%) e os Frutos Frescos (13%). No tocante às culturas temporárias os concelhos de Moimenta da Beira (28%) e Sernancelhe (24%) são os que mais contribuem para os limiares de produção do território da ABD. As culturas forrageiras (prados temporários semeados e espontâneos, para corte e ou pastoreio e por um período inferior a 5 anos), correspondem a cerca de 60% da produção total.

Uma análise ao efetivo animal do território da ABD permite constatar que, entre os anos de 1991 e 2009, verificou-se uma diminuição expressiva do número de espécies (-44%), facto que demonstra a perda de relevância do setor da pecuária na região, dinâmica agravada por uma retração que se afigurou bastante superior aos referenciais médios da região agrícola de Trás-os-Montes (-25%) e do país (-18%). Não obstante esta dinâmica de retração constata-se que o território da ABD revela um padrão diferenciado em termos de peso do setor da pecuária - os concelhos de Moimenta da Beira (30%), Sernancelhe (18%) e Penedono (13%), são os que apresentam maior dinamismo e expressão associada a este setor. Uma análise às espécies reconhece que a espécie Ovinos representa cerca de 53% do efetivo animal do território em estudo, seguido dos Caprinos (16,5%), Bovinos (14%) e Suínos (12%). Destacar ainda a situação do efetivo de Colmeias e Cortiços que sofreu uma quebra de cerca de 53%, particularmente visível nos concelhos de Tabuaço (81%), Armamar (77%), Lamego e Tarouca (71%).

O território da ABD é extremamente rico em termos ambientais, paisagísticos e ao nível de biodiversidade. Parte deste território encontra-se inscrito como Património Mundial (UNESCO, 2001), considerando a relação unívoca existente entre a atividade vitícola e a paisagem humanizada e viva que foi sendo moldada, ao longo dos séculos, pela ação dos homens. A Região Demarcada do Douro (RDD) integra quatro concelhos da ABD: São João da Pesqueira, Tabuaço e Armamar (Cima Corgo) e Lamego (Baixo Corgo). Do ponto de vista das diretrizes ambientais destaca-se a presença da Rede Natura 2000 (RN2000), nomeadamente da Serra de Montemuro (PTCON002) e o Rio Paiva (PTCON005). Na área envolvente ao território da ABD destacam-se ainda outros valores da RN2000 como é o caso das Serras da Freita e Arada (PTCON004) e o Alvão/Marão (PTCON000).

Relativamente ao património arquitetónico verifica-se que o território da ABD possui 96 imóveis classificados pelo IGESPAR. A esmagadora maioria deste património corresponde à categoria Monumentos (84%). No que respeita à categoria de proteção constata-se que cerca de 77% corresponde a Imóveis de Interesse Público. O território da ABD possui cerca de 8% dos bens imóveis classificados na região Norte. No que concerne aos monumentos nacionais verifica-se que a maioria corresponde a património religioso, entre o qual se destaca a Sé de Lamego. o Convento de São João de Tarouca. as lareias Matriz de Santa











Marinha de Trevões, entre outros. Na classificação Conjunto de Interesse Público está a Igreja Paroquial de Meijinhos (Lamego), como Monumento de Interesse Público o Paço da Loba (Sernancelhe) e a Capela de São Sebastião (Tabuaço)

Análise SWOT

Principais Oportunidades

Consolidação da marca Douro
Via navegável como recurso chave
Enoturismo, agroturismo e turismo natureza
Integração em redes transnacionais
Economia social
Instrumentos de Gestão do Território
Proximidade ao Aeroporto Francisco Sá Carneiro e
Porto de Leixões
Eficiência energética
Medidas de discriminação positiva como base para a
atratividade
Calendário de eventos

Principais Pontos Fortes

Posicionamento geoestratégico
Atividade vitivinícola e a sua projeção
Investimentos no setor agroindustrial, turismo de
natureza e agroturismo
Ações de modernização no setor agroalimentar
Presença de elementos físicos estruturantes
Território classificado pela UNESCO
Qualidade dos produtos agrícolas
Oferta turística de forte integração com o território
Investimentos desenvolvidos no âmbito da
revitalização qualificação urbana

Desafios e Fatores Críticos de Sucesso

Principais Ameaças

Diminuição da taxa de natalidade
Insuficiente atratividade residencial e empresarial
Desemprego
Dificuldade em atrair jovens
Conflitos associados à valorização económica e à
pressão sobre os recursos
Concorrência dos mercados externos
Abandono da atividade agrícola
Perda de knowhow associado à produção de
produtos locais
Esvaziamento de funções ligadas com serviços
daadministração pública
Adiamento de infraestruturas rodoviárias
Dificuldades de acesso a incentivos públicos

Principais Pontos Fracos

Envelhecimento
Dificuldade em fixar e reter jovens
Envelhecimento do setor agrícola
Capacidade de atração de recursos humanos
qualificados
Assimetrias sociais
Desemprego
Insucesso e abandono escolar
Atomização da estrutura empresarial
Degradação da rede viária
Cobertura dos transportes públicos
Dificuldade em implementar modelos de
cooperativos
Ausência de um plano diretor para a sinalética
turística







As orientações nacionais (Acordo de Parceria) e as orientações europeias para o próximo período de programação estrutural (PT2020), colocam as intervenções do DLBC, no âmbito da Abordagens Integradas de Desenvolvimento Territorial e, na continuidade das boas experiências Leader, num patamar de particular relevância para a "promoção dos territórios específicos, na concertação estratégica e operacional entre parceiros, focalizada no empreendedorismo e na criação de postos de trabalho" (Aviso n. 02/2014,16.11.2014).

Nestes pressupostos, e em sintonia e coerência com as Linhas Orientadoras do Programa Operacional Regional (POR) Norte 2020 e a Estratégia de Desenvolvimento Integrada do Douro (NUT III), é possível apontar os grandes desafios que estão colocados para o território de intervenção:

"Combater o abandono da população das zonas rurais e os elevados níveis de desemprego e índices de pobreza e exclusão social através da diversificação do tecido empresarial e das bases produtivas locais, do empreendedorismo, da promoção do emprego (sustentável e com qualidade), e da promoção da inovação social".

Para o efeito é decisivo promover a consubstanciação dos seguintes fatores críticos de sucesso:

O desafio da "construção e projeção nacional e internacional do destino turístico Douro" - aliado a produtos turísticos concretos. Considera-se decisivo a estruturação, qualificação e organização dos principais produtos turísticos, nomeadamente no que se prende com os domínios associados com o património natural e cultural; ainda, a estruturação de um modelo de sinalética turística comum para todo o espaço regional;

O desafio ligado à "valorização e transformação dos recursos endógenos na perspetiva produtiva"-considerando as condições climáticas propícias e o knowhow acumulado por gerações; a constatação das excelentes condições ao nível hídrico; a possibilidade de promover processos de ponta de produção de energia – com base em fontes renováveis;

O desafio associado à "proteção e salvaguarda dos recursos naturais e paisagístico" - constatando a presença de valores ambientais, paisagísticos, culturais e patrimoniais de inquestionável valor à escala mundial, que devem ser mantidos, preservados e valorizados através da aplicação coerente de modelos de gestão territorial e ambiental;

O desafio da "mobilidade e do acesso a funções e equipamentos de hierarquia superior" - a existência de funções associadas com a saúde, educação, justiça, desporto, cultura, coesão social, emprego enquanto bases fundamentais para a qualidade de vida e para a atratividade demográfica;

O desafio da "coesão territorial e demográfica" - partindo do princípio de que é necessário promover as bases para fixar os mais jovens e atrair população qualificada. O território da ABD ambiciona qualidade de vida, empregabilidade e desenvolvimento profissional;

O desafio "da inclusão social" - o apoio aos mais carenciados, à população idosa e em situação de vulnerabilidade e isolamento; a prestação de cuidados básicos de saúde e de apoio social e à inclusão; O desafio da "governação em rede e da cooperação institucional"- o denominado projeto coletivo do Douro Sul - a necessidade de juntar e concertar as diversas visões sobre a região, tirando partido das estruturas já criadas ao nível da DLBC Douro Sul em articulação com as da NUT III.

Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL)

Objetivos e vocação específica do DLBC

O território do Douro Sul, enquanto território de baixa densidade e forte predominância de fatores de ruralidade, ao nível dos produtos endógenos, valores e costumes, tecido empresarial atomizado, ameaçado pelo despoyoamento e pela exclusão social, enfrenta desafios de elevada dimensão.

O GAL Beira Douro, enquanto entidade líder e com experiência acumulada, propõe-se a combater estes deficits e "puxar" o território "para cima", envolvendo e implicando, no processo de desenvolvimento e execução da estratégia de desenvolvimento local, os parceiros "motor", no sentido de projetar para 2023 o Vale do Douro Sul.

A abordagem estratégica da DLBC Douro Sul foi estabelecida a partir de uma Visão integrada e articulada do território, onde se procurou definir, a partir dos desafios fundamentais do território, a grande ambição para o futuro do território a médio e a longo prazo, procurando, ainda, centrar a estratégia e a ação no quadro de orientações chave para o novo período de programação estrutural. Neste sentido foi desenhada a seguinte visão para o território:

VISÃO: "O Vale do Douro Sul um território inclusivo e solidário, que reduz as assimetrias sociais através da promoção do empreendedorismo, da inovação social e criação de emprego, que se organiza e coopera em torno da transformação e comercialização dos seus produtos endógenos e se aproxima dos índices médios









de crescimento e desenvolvimento da região Norte".

Tendo como ponto de partida a visão alargada do território foram definidos objetivos estratégicos realizáveis e mensuráveis, como projeções de vontades e desafios que se desejam concretizados, colocando a necessidade de ter como horizonte de orientação as realidades do território, os pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças, e os instrumentos de ação (capital humano, ativos físicos e recursos financeiros, capacidade de gestão e governação).

Os objetivos estratégicos, que vão servir de orientação para a seleção das ações/projetos e dos instrumentos de intervenção, com vista à concretização dos desafios de partida, que foram assumidos, encontram-se alinhados com os objetivos temáticos e as prioridades estabelecidas, no âmbito do Acordo de Parceria, no PDR (Programa de Desenvolvimento Rural), no POR Norte e na estratégia da NUT III, com as situações de especificidade que o território de intervenção apresenta.

OE1 | "Combater os elevados níveis de desemprego e índices de pobreza e exclusão social" Este objetivo orienta os vários caminhos e ações que visam contribuir para o aumento do emprego. Este constitui um poderoso instrumento de combate às diferentes situações de desemprego (curta e longa duração, para jovens e adultos) que a região atravessa e, simultaneamente, deve transformar-se na alavanca essencial de promoção da inclusão social e da redução da pobreza que as orientações europeias, o Acordo de Parceria PT2020 e a Estratégia Integrada de Desenvolvimento do Douro, reconhecem como prioridade das prioridades.

O envelhecimento das populações, deste território, e as dinâmicas demográficas associadas "obriga" à promoção de elevados esforços concertados para reverter a situação de fazer voltar ao mercado de trabalho (nas suas diferentes formas) jovens e adultos, em particular os desempregados de longa duração). A promoção e o desenvolvimento de iniciativas de apoio a pequenos negócios e a empresas, a diversificação de atividades agrícolas e novas formas de comercialização e os incentivos ao autoemprego e iniciativas de inovação social são caminhos, entre outros, que podem conduzir a região aos resultados esperados. Este objetivo estratégico contribui para a implementação da prioridade de investimento 9.10 (Investimentos no contexto de DLBC's), do FEDER e encontra-se integrado com a prioridade 8a, "Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas", do eixo prioritário 6 "Emprego e Mobilidade dos Trabalhadores" do POR do Norte.

OE2 | "Promover o desenvolvimento do tecido empresarial e das bases produtivas locais" A matriz rural, de baixa densidade, e a riqueza e potencial dos recursos endógenas, onde a vinha e o vinho, a fileira agroalimentar e a agricultura e silvicultura, são os pilares e a base económica de desenvolvimento da região, aconselham a que a concretização deste objetivo se estruture em torno destes pressupostos de forma a inverter a situação preocupante, gerando valor e crescimento para reduzir as assimetrias sociais e territoriais

Mas a inversão da situação passa, entre outras (onde os incentivos e apoios públicos de financiamento são de particular importância), pela resolução de problemas estruturais: organização, cooperação e estruturação da produção e comercialização.

Acrescem, ainda, a dimensão das parcelas, a aposta na diversificação e densificação das cadeias produtivas. Para a concretização deste objetivo os atores (públicos e privados), aos diferentes níveis de responsabilidade, são chamados a um empenhamento redobrado onde o empreendedorismo ativo e novador se transformem em fortes instrumentos de robustecimento empresarial e que permitam gerar riqueza e mais bem-estar para a região.

Este objetivo estratégico encontra-se ligado com o conjunto das medidas/ ações elencadas no contexto do FEADER e integra ainda a prioridade de investimento 9.10 (Investimentos no contexto de DLBC's), do FEDER, a qual relaciona-se com a prioridade 8a, "Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas", do eixo prioritário 6 "Emprego e Mobilidade dos Trabalhadores" do POR do Norte.

OE3 I "Promover o empreendedorismo, as microempresas e o auto emprego"

Este objetivo tem como orientação central servir de "ignição" a iniciativas que concretizem um dos desígnios da região e do país: criar emprego.

As dinâmicas e formas de emprego e de empregabilidade, hoje, desenvolvem-se em torno do apoio ao empreendedorismo local, social e cooperativo na criação de empresas e no apoio à criação do próprio emprego. Estes caminhos só se concretizam com estratégias específicas e assentes nas realidades e recursos locais.

A formação e qualificação, em especial dos jovens, para a implementação de projetos de inovação social são





de particular importância para o combate ao desemprego e exclusão social.

Mas só com políticas públicas consentâneas com especificidades de territoriais (como o caso em apreço), e com os diferentes atores do território, em particular as empresas e os empresários, devem estar disponíveis para um empenhamento e colaboração na procura de caminhos e soluções para concretizar este objetivo estratégico, é possível alcançar resultados favoráveis.

Este objetivo estratégico integra-se com a prioridade de investimento 9.6 (EDLBC) do FSE e relaciona-se com a prioridade 8iii, "Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras", do eixo prioritário 6 "Emprego e Mobilidade dos Trabalhadores" do POR Norte.

OE4 | "Valorizar o turismo rural, os elementos patrimoniais, ambientais e naturais e incrementando o desenvolvimento sustentável com o recurso à eficiência energética e energias renováveis" Este objetivo orienta as ações e os projetos que, ao mesmo tempo que salvaguardam "o bem", reconhecido como Património da Humanidade, devem contribuir para os resultados de crescimento no respeito pela sustentabilidade ambiental e territorial. Este pressuposto de partida, que todos os atores, aos diferentes níveis de responsabilidade, devem colocar nas suas agendas de compromissos.

Os elevados recursos patrimoniais, culturais e ambientais, que associados a uma matriz identitária secular, remete para um desenvolvimento de caminhos de preservação e proteção, que qualifiquem o território e permitam a promoção de um turismo sustentável, "amigo" dos valores ambientais e do conforto do cliente, e que promove e se apoia na eficiência dos recursos, na eficiência energética e nas energias renováveis. O turismo da natureza, turismo aventura, cultural e religioso, assim como os eventos associados à valorização económica do património cultural e da natureza são iniciativas que se orientam pelos caminhos que colaboraram para concretização do objetivo. O combate às alterações climáticas e o valor que algumas das aldeias representam, ainda hoje, para setores populacionais da região, implicam uma atenção e iniciativas coerentes para a sua valorização e defesa.

Este objetivo estratégico integra-se com a prioridade de investimento 9.10 (Investimentos no contexto de DLBC's), do FEDER e encontra-se alinhado com a prioridade 6c, "Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural", do eixo prioritário 4 "Qualidade Ambiental" do POR do Norte.

OE5 | "Dinamizar e promover ações de cooperação nacional e internacional e o trabalho em rede de diferentes níveis de parcerias"

A concretização de este objetivo transversal, a todas as fases execução da estratégia, vai apoiar-se nas boas práticas e experiências "Leader" que importa aprofundar e fortalecer. A cooperação, a troca e partilha de experiências, a nível nacional e internacional, visam dar à ABD, e aos atores locais, novos conhecimentos e competências sobre "como e com quem" fazer. Estes recursos, "parceiros extraterritoriais", são de particular importância quer na aquisição de novos saberes quer na promoção e cooperação do e com, o território de intervenção.

As áreas temáticas, entre outras, que podem corporizar a cooperação intra e inter-regional são: Enoturismo; Turismo cultural; Dinamização e promoção conjunta de projetos locais; Captação de investimento; Valorização ambiental; e Investigação aplicada à valorização dos produtos endógenos.

A animação da estratégia de desenvolvimento onde os parceiros e os processos de implicação e participação são fatores decisivos para concretização de objetivos e resultados. O trabalho em parceria e em rede devem ser predominantes no processo de desenvolvimento e execução da estratégia.

Persistir na capacitação institucional é reconhecer que só há bons projetos e com bons resultados, com boas lideranças e gestores locais qualificados. Este caminho não deve ser interrompido, bem pelo contrário: reforçar competências, promover a participação alargada e ativa das populações e promover a cooperação nacional e transfronteiriça.

Modelo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação do Pacto









A Beira Douro encarou a definição da EDL como um processo integrado e articulado. Com efeito, durante o período de elaboração e definição da estratégia, a participação ativa dos parceiros deu-se a vários níveis: reuniões de parceria; workshops temáticos (sectoriais): Turismo (25 participantes); Agricultura; Sector público; Economia Social. Assembleias onde os parceiros — associados e não associados - contribuíram para o desenvolvimento da estratégia.

Este modelo garante uma ação participada e ativa na definição da EDL que agrega a ambição dos intervenientes com base na realidade social, económica e física do território.

Para a fase de execução, a Beira Douro criou um órgão consultivo, Assembleia de Parceiros (i.e., Comissão de acompanhamento), que assegura a participação permanente dos parceiros (que não integrantes formais da parceria). Este órgão, que funcionará sob a coordenação do Órgão de Gestão, terá como principal missão: Realizar o acompanhamento e monitorização permanente da implementação da EDL; promover recomendações que contribuam para os ajustamentos à EDL; e participar como membro activo na política de avaliação da EDL definida.

Ao mesmo tempo, a Assembleia Geral, onde todos os parceiros associados têm assento, terá como função proceder à animação e acompanhamento da implementação da ELD, através da realização de fóruns subordinados ao progresso da implementação da EDL e sobre o cumprimento das metas propostas. A AG terá em consideração os pareceres e comunicações que possam ser emanados do OG (com a consulta à Assembleia de Parceiros).

O OG, enquanto órgão executivo, assumirá a responsabilidade de operacionalizar e orientar a equipa técnica para a dinamização das actividades de acompanhamento e animação da EDL, garantindo que as orientações e os contributos da Assembleia – Geral (e da Assembleia de parceiros) sejam integrados.

O modelo da Beira Douro na animação e promoção de território assenta num sistema dual. Por um lado, qualquer iniciativa de animação do território servirá para publicitar a EDL e difundir os seus resultados. Por outro, a comunicação com o território e os seus diferentes actores será efectuada de forma permanente e para isso prevemos realizar as seguintes acções: Publicitação nos OCS; URL: www.beiradouro.pt e nas páginas dos parceiros do GAL; Edição semestral de newsletter (digital) com a evolução do programa e diversas outras rubricas sob o tema do DLBC; Organização de feiras setorias e temáticas; Edição do Guia empreendedor (manual de Procedimentos) e sua difusão pelos diferentes públicos-alvo; Avisos de concursos nos OCS; workshops temáticos; Material promocional dos eventos do território DLBC; Reuniões de parceiros (Assembleias-Gerais e Comissões de Acompanhamento); Avisos de abertura dos concursos; entre outras acções de divulgação da EDL no território (v.g., Douro em stock); Eventos promocionais dos recursos endógenos do território (a realizar no território e no exterior – Portugal e estrangeiro); Promoção do Território / Captação de investimento – Acções promocionais junto de públicos-alvo bem definidos que visa, entre outros objetivos: Promover os instrumentos financeiros do Portugal 2020, mormente o DLBC em mercados-alvo estratégicos;

A participação dos parceiros será assegurada através de protocolos de cooperação que prevêem que a realização dessas acções de animação e promoção do território decorram num modelo de co-organização entre a Beira Douro e os diferentes parceiros.

Articulação da EDL com as EIDT NUTS III

Na relação dos objetivos estratégicos da ABD com a estratégia da NUT III Douro importa destacar os seguintes pontos de articulação:

O objetivo estratégico (OE1/EDL) "Combater os elevados níveis de desemprego e índices de pobreza e exclusão social" encontra-se interligado com os 4 eixos estratégicos da EIDT, considerando a sua transversalidade. Neste âmbito, destaca-se a relação mais direta com a tónica da empregabilidade e empreendedorismo prevista no Eixo 1) "Competitividade, conhecimento e inovação", em particular na sua relação com o setor agroalimentar e outras fileiras e, ainda, com o turismo e visitação, enquanto setores potenciais para a criação de emprego; bem como com o Eixo 3) "Inclusão e coesão social" onde se encontram objetivos concretos ligados ao "incremento do empreendedorismo e a economia social enquanto instrumentos para o aumento do emprego" e a "redução de assimetrias sociais, através da promoção da inclusão ativa e a economia social".





O objetivo estratégico (OE2/EDL) "Promover o desenvolvimento do tecido empresarial e das bases produtivas locais" relaciona-se com o Eixo 1) "Competitividade, conhecimento e inovação" da EIDT considerando a ênfase no Vetor 1 deste eixo "Desenvolvimento do setor agroalimentar e de outras fileiras produtivas de base endógena" e ainda o vetor 2 "Afirmação do turismo e da visitação", a partir dos quais foram definidos objetivos como "diversificar a base de atividades económicas da região", "o reforço do associativismo regional", "valorizar economicamente os recursos endógenos", "projetar os produtos endógenos para os mercados nacionais e internacionais" e "consolidar um Douro como novo destino turístico e de visitação nacional".

Este objetivo estratégico relaciona-se ainda com o Eixo 2) "Sustentabilidade territorial", considerando o Vetor 1 "Proteção do ambiente, paisagem e valorização do património" e o Vetor 3 "Promoção da eficiência dos recursos energéticos". Destaca-se a pertinência de alguns objetivos previstos neste eixo como "promover a proteção e salvaguarda do bem associado ao Douro", "potenciar a afirmação dos valores associados ao património mundial da humanidade" e "promover a implementação de soluções integradas e inovadoras ligadas com a eficiência energética".

No que concerne ao objetivo estratégico (OE3/EDL) "Promover o empreendedorismo, as microempresas e o auto emprego" constata-se que relaciona-se, diretamente, com o Eixo 1) "competitividade, conhecimento e inovação" e com o Eixo 3) "inclusão e coesão social", tendo necessariamente em consideração os objetivos da EIDT centrados em "aumentar a massa crítica do tecido empresarial", "valorizar economicamente os recursos endógenos", "transformar o turismo numa verdadeira alavanca ao serviço do desenvolvimento territorial", "aumentar os efetivos e a base de competências dos recursos humanos" e "incrementar o empreendedorismo e a economia social como instrumentos do aumento do emprego".

Relativamente ao objetivo estratégico (OE4/EDL) "Valorizar o turismo rural, os elementos patrimoniais, ambientais e incrementando o desenvolvimento sustentável com o recurso à eficiência energética e energias renováveis" constata-se que este possui uma estreita relação com o Eixo 1) da EIDT "Competitividade, conhecimento e inovação", nomeadamente com o Vetor 2 "Afirmação do turismo e da visitação" e com o Eixo 2) "Sustentabilidade territorial", em particular com os Vetores 1 "Proteção do ambiente, paisagem e valorização do património" e 2"Promoção da eficiência dos recursos energéticos". Este eixo integra as questões ligadas com o turismo rural, o património e a eficiência energética, contribuindo para a realização de um conjunto de objetivos específicos previstos na EIDT como "consolidar um Douro como um novo destino e de visitação nacional", "reforçar a diferenciação e diversificação da cadeia de produtos turísticos", "reforçar a proteção do extenso património natural e cultural", "promover a proteção e salvaguarda do bem associado ao Douro", "potenciar a afirmação dos valores associados ao património mundial da humanidade", "promover a qualificação e o potencial associado ao património cultural e construído da região" e "promover a implementação de soluções integradas e inovadoras ligadas com a eficiência energética".

Quanto ao objetivo estratégico (OE5/EDL) "Dinamizar e promover ações de cooperação nacional e internacional e o trabalho em rede de diferentes níveis de parcerias" verifica-se que este possui um caráter transversal sobre todos os eixos da EIDT, considerando a importância de desenvolver ações de cooperação. Destacar que o Eixo 4) "Redes territoriais e governação", da EIDT, possui uma relação transversal com todos os objetivos estratégicos desta EDL considerando alguns objetivos deste eixo como "dinamizar mecanismos para inverter as dinâmicas associadas ao despovoamento", "criar redes que promovam o emprego e o desenvolvimento de novas atividades" e "estruturar mecanismos de discriminação positiva que permitam alavancar novas oportunidades de negócio e contribua para a atração de novos investimentos".

Especificamente no que se reporta à articulação dos objetivos estratégicos da EDL com o plano de ação da EIDT da NUT III Douro (com os patamares de desenvolvimento):

O OE1/EDL interliga-se com o PD.4. "Plataforma de compromisso para um Douro Património Mundial Sustentável"; PD.5. "Rede para uma região inclusiva e empreendedor"; PD.6. "Plataforma regional de conhecimento e inovação para a fileira agroalimentar" e PD.7. "Pacto para a qualificação, diferenciação e promoção da fileira turística".

O OE2/EDL articula-se com o PD.4. "Plataforma de compromisso para um Douro Património Mundial Sustentável"; PD.5. "Rede para uma região inclusiva e empreendedora"; PD.6. "Plataforma regional de conhecimento e inovação para a fileira agroalimentar" e PD.7. "Pacto para a qualificação, diferenciação e promoção da fileira turística".









O OE3/EDL relaciona-se com o PD.4. "Plataforma de compromisso para um Douro Património Mundial Sustentável"; PD.5. "Rede para uma região inclusiva e empreendedora"; PD.6. "Plataforma regional de conhecimento e inovação para a fileira agroalimentar" e PD.7. "Pacto para a qualificação, diferenciação e promoção da fileira turística"

O OE4/EDL encontra-se alinhado com o PD.2. "Plataforma de conetividade territorial para as pessoas, comunidades e empresas"; PD.3. "Rede de eficiência energética e energias renováveis"; PD.4. "Plataforma de compromisso para um Douro Património Mundial Sustentável"; PD.5. "Rede para uma região inclusiva e empreendedora"; PD.6. "Plataforma regional de conhecimento e inovação para a fileira agroalimentar"; PD.7. "Pacto para a qualificação, diferenciação e promoção da fileira turística" e PD.9. "Rede para a Modernização e Qualificação Administrativa".

O OE5/EDL possui uma lógica transversal interligando-se com a totalidade dos patamares para o desenvolvimento da EIDT Douro.

Programa de Ação e Investimentos

Programa de Ação

Eixos, objetivos estratégicos e específicos, e principais resultados a atingir







O conjunto de objetivos estratégicos definidos encontram plena relação com os eixos/ medidas a apoiar no âmbito do POR Norte e do PRODER. Para o efeito, a EDL do Douro Sul possui um espetro alargado definido em cinco grandes objetivos estratégicos que integra as questões associadas ao desenvolvimento do tecido económico, em particular das empresas ligadas com o domínio dos recursos endógenos, à agricultura (pequenos e grandes investimentos), empregabilidade, inclusão e ainda do setor do turismo/ visitação. De seguida, e para melhor compreensão, elencamos, de forma esquemática a estrutura do programa de ação, considerando a seguinte ordem: (1) objetivos estratégicos (relacionar diretamente com o ponto "Objetivos e vocação específica do DLBC", antes exposto); (2) objetivo temático e prioridade de investimento; (3) eixo/ medida; (4) principais resultados a atingir. OE1 | Combater os elevados níveis de desemprego e índices de pobreza e exclusão social Objetivos temático 9; Prioridade de investimento 9.10 do FEDER (alinhado com a PI 8a do POR Norte) Eixo/ medida: "Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho" Principais resultados: 10 empresas a beneficiar de apoio; Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado: 0.8 OE2 | Promover o desenvolvimento do tecido empresarial e das bases produtivas locais Instrumento: FEADER Eixo/ medida: "Pequenos investimentos nas explorações agrícolas" Principais resultados: 86 beneficiários/ projetos a apoiar; 50% das explorações/ beneficiários apoiados na reestruturação ou modernização Eixo/ medida: "Pequenos investimentos de transformação e comercialização" Principais resultados: 4 beneficiários/ projetos a apoiar; 50% das explorações/ beneficiários apoiados na reestruturação ou modernização Eixo medida: "Diversificação de atividades na exploração" Principais resultados:11 beneficiários/ projetos a apojar: 50% das explorações/ beneficiários apoiados na reestruturação ou modernização Eixo/ medida: "Cadeias curtas e mercados locais" Principais resultados: 5 beneficiários/ projetos a apoiar; 50% das explorações/ beneficiários apoiados na reestruturação ou modernização Eixo/ medida: "Promoção de produtos de qualidade locais" Principais resultados: 5 beneficiários/ projetos a apoiar; 50% das explorações/ beneficiários apoiados na reestruturação ou modernização Eixo/ medida: "Renovação de aldeias (em territórios rurais)" Principais resultados: 7 beneficiários/ projetos a apoiar; 50% das explorações/ beneficiários apoiados na reestruturação ou modernização Objetivo temático 9; Prioridade de investimento 9.19 do FEDER (alinhado com a PI 8a do POR Norte) Eixo/ medida: "Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios" Principais resultados: 26 empresas a beneficiar de apoio; 36 postos de trabalho a criar OE3 | Promover o empreendedorismo, as microempresas e o auto emprego Objetivo temático 9; Prioridade de investimento 9.6 do FSE (alinhado com a PI 8iii do POR Norte) Eixo/ medida: "Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho" Principais resultados: 60 pessoas a apoiar no âmbito da criação de emprego incluindo o auto-emprego; 50% de pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego incluindo autoemprego que permanecem 12 meses após o fim do apoio; 0E4 | Valorizar o turismo rural, os elementos patrimoniais, ambientais e naturais e incrementando o desenvolvimento sustentável com o recurso à eficiência energética e energias renováveis Objetivo temático 9; Prioridade de investimento 9.10 do FEDER (alinhado com a PI 6c do POR Norte) Eixo/ medida: "Criação e regualificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais" e; Eixo/ medida: "Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico - Património da Humanidade reconhecido pela UNESCO" Principais resultados: Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado: 0.8; Aumento do número de visitantes/ano a sítios de património cultural e natural e atracões beneficiários de apoio 800; 800 dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros. O objetivo OE5 "Dinamizar e promover ações de cooperação nacional e internacional e o trabalho em rede de diferentes níveis de parcerias", por se encontrar intimamente ligado com as questões da cooperação não se relaciona de forma direta com os objetivos temáticos, prioridades e eixos/ medidas previstas no presente aviso, havendo lugar à sua operacionalização através de outros instrumentos e medidas.

Definição da estratégia de desenvolvimento local









OE1 | Combater os elevados níveis de desemprego e índices de pobreza e exclusão social Este objetivo orienta os caminhos e acões que visam contribuir para o aumento do emprego. Este constitui um poderoso instrumento de combate às diferentes situações de desemprego (curta e longa duração, para jovens e adultos) que a região atravessa e, simultaneamente, deve transformar-se na alavanca essencial de promoção da inclusão social e da redução da pobreza. O envelhecimento das populações e as dinâmicas demográficas associadas "obriga" à promoção de esforços concertados para reverter a situação de fazer voltar ao mercado de trabalho, jovens e adultos, em particular os desempregados de longa duração. A promoção e o desenvolvimento de iniciativas de apoio a pequenos negócios e a empresas, a diversificação de atividades agrícolas e novas formas de comercialização e os incentivos ao autoemprego e iniciativas de inovação social são caminhos que conduzem a região aos resultados. OE2 | Promover o desenvolvimento do tecido empresarial e das bases produtivas locais A matriz rural, de baixa densidade, e a riqueza dos recursos endógenas, onde a vinha e o vinho, a fileira agroalimentar e a agricultura e silvicultura, são os pilares e a base económica de desenvolvimento da região, aconselham a que a concretização deste objetivo se estruture em torno destes pressupostos de forma a inverter a situação , gerando valor e crescimento para reduzir as assimetrias sociais e territoriais. Mas a inversão da situação passa, entre outras pela resolução de problemas estruturais: organização, cooperação e estruturação da produção e comercialização. Acrescem, ainda, a dimensão das parcelas, a aposta na diversificação e densificação das cadeias produtivas. Para a concretização deste objetivo os atores (públicos e privados), aos diferentes níveis de responsabilidade, são chamados a um empenhamento redobrado onde o empreendedorismo ativo e novador se transformem em fortes instrumentos de robustecimento empresarial e que permitam gerar riqueza e mais bem-estar para a região. OE3 | Promover o empreendedorismo, as microempresas e o auto emprego Este objetivo tem como orientação central servir de "ignição" a iniciativas que concretizem um dos desígnios da região e do país: criar emprego. As dinâmicas e formas de emprego e de empregabilidade, hoje, desenvolvem-se em torno do apoio ao empreendedorismo local, social e cooperativo na criação de empresas e no apoio à criação do próprio emprego. Estes caminhos só se concretizam com estratégias específicas e assentes nas realidades e recursos locais. A formação e qualificação, em especial dos jovens, para a implementação de projetos de inovação social são de particular importância para o combate ao desemprego e exclusão social. OE4 | Valorizar o turismo rural, os elementos patrimoniais, ambientais e naturais e incrementando o desenvolvimento sustentável com o recurso à eficiência energética e energias renováveis Este objetivo orienta as ações e os projetos que, ao mesmo tempo que salvaguardam "o bem", reconhecido como Património da Humanidade, devem contribuir para os resultados de crescimento no respeito pela sustentabilidade ambiental e territorial. Este pressuposto de partida, que todos os atores, aos diferentes níveis de responsabilidade, devem colocar nas suas agendas de compromissos. Os elevados recursos patrimoniais, culturais e ambientais, que associados a uma matriz identitária secular, remete para um desenvolvimento de caminhos de preservação e proteção, que qualifiquem o território e permitam a promoção de um turismo sustentável, "amigo" dos valores ambientais e do conforto do cliente, e que promove e se apoia na eficiência dos recursos, na eficiência energética e nas energias renováveis. O turismo da natureza, turismo aventura, cultural e religioso, assim como os eventos associados à valorização económica do património cultural e da natureza são iniciativas que se orientam pelos caminhos que colaboraram para concretização do objetivo. OE5 | Dinamizar e promover ações de cooperação nacional e internacional e o trabalho em rede de diferentes níveis de parcerias A concretização de este objetivo transversal, a todas as fases execução da estratégia, vai apoiar-se nas boas práticas e experiências "Leader". A cooperação, a troca e partilha de experiências, a nível nacional e internacional, visam dar à ABD, e aos atores locais, novos conhecimentos e competências sobre "como e com quem" fazer. Estes recursos, "parceiros extraterritoriais", são de particular importância quer na aquisição de novos saberes quer na promoção e cooperação do e com, o território de intervenção. As áreas temáticas, entre outras, que podem corporizar a cooperação intra e inter-regional são: Enoturismo; Turismo cultural; Dinamização e promoção conjunta de projetos locais; Captação de investimento; Valorização ambiental; e Investigação aplicada à valorização dos produtos endógenos.

Investimentos, Ações e Metas

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	ama o	idor de Realização		Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador		Meta 2023	









09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregad os ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho	Empresas que beneficiam de apoio	2,00	10,00	Postos de trabalho criados	3,00	14,00	199 856,25€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos nas explorações agrícolas	Projetos/b eneficiário s apoiados	39,00	86,00	Exploraçõ es ou Beneficiári os apoiados, na restrutura ção ou moderniza ção	35,00	50,00	929 525,19€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos de transformaçã o e comercializaç ão	Projetos/b eneficiário s apoiados	2,00	4,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	4,00	8,00	164 033,86€
99.M10 - LEADER	FEADER	Diversificação de atividades na exploração	Projetos/b eneficiário s apoiados	5,00	11,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	5,00	11,00	820 169,29€
99.M10 - LEADER	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais	Projetos/b eneficiário s apoiados	2,00	5,00	Exploraçõ es ou Beneficiári os apoiados, na restrutura ção ou moderniza ção	35,00	50,00	136 694,88€
99.M10 - LEADER	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais	Projetos/b eneficiário s apoiados	2,00	5,00	Exploraçõ es ou Beneficiári os apoiados, na restrutura ção ou moderniza ção	35,00	50,00	410 084,64€









99.M10 - LEADER	FEADER	Renovação de aldeias (em territórios rurais)	Projetos/b eneficiário s apoiados	3,00	7,00	Exploraçõ es ou Beneficiári os apoiados, na restrutura ção ou moderniza ção	35,00	50,00	273 389,76€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempres as existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios	Empresas que beneficiam de apoio	5,00	26,00	Postos de trabalho criados	7,00	36,00	519 626,25€
09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregad os ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho.	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoempre go	36,00	60,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoempr ego, que permanec em 12 meses após o fim do apoio	40,00	50,00	1 332 375,00€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Criação e requalificação de infraestrutura s de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais	esperado de visitantes a sítios de património cultural e	100,00	400,00	Dormidas em estabeleci mentos hoteleiros, aldeament os, apartame ntos turísticos e outros	0,05	0,20	39 971,25€







09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;		Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico - Património da Humanidade reconhecido pela UNESCO	a sítios de património cultural e natural e atrações	100,00	400,00	Dormidas em estabeleci mentos hoteleiros, aldeament os, apartame ntos turísticos e outros	0,05	0,20	39 971,25€	
--	--	---	--	--------	--------	---	------	------	------------	--

Outros Indicadores (Indicador base de PI e Indicadores complementares)

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Fundo Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador	Indicador de Realização			de Res	Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar	
		Medida	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregad os/Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempres as existentes de base local/Criação e requalificação de infraestrutura s de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas/Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural				R9101 – Efeito multiplica dor do investime nto público no investime nto privado	0,80	1,40	799 425,00€











09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregad os/Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempres as existentes de base local/Criação e requalificação de infraestrutura s de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas/Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural	Estratégia s (n.º)	1,00	1,00			799 425,00€
--	-------	---	-----------------------	------	------	--	--	-------------

Total da Proposta de Contratualização por Fundo

Fundo	Valor
FEDER	799 425,00€
FEADER	2 733 897,62€
FSE	1 332 375,00€
Total	4 865 697,62€

Pressupostos

Baleao 2020 - Pag 32 J 29





Os pressupostos base para a definição dos montantes globais por fundo considerou: No contexto do FEADER: 1) Foi considerada a dotação que a EDL obteve no anterior período de programação nas medidas 3.1 e na ação 3.2.1 – 5.759.987 euros; 2) Foi considerado o histórico de dotação aprovada nos "pequenos investimentos agrícolas" na área de intervenção da EDL - 4.194.444 euros; 3) Foi considerado o histórico de dotação aprovada em projetos de "transformação e comercialização de produtos agrícolas" na área de intervenção da EDL - 713.889; 4) No seu conjunto, estes três valores (1,2,3), totalizam 10.668.321; 5) Aplicando a redução verificada na dotação global do FEADER, à escala nacional, face ao anterior período de programação (para 48%), passamos a dispor de - 5.120.794 euros (decresce 48%); 6) Considerando ainda que a população residente na área de intervenção da EDL decresceu cerca de 15%, passamos a dispor de -4.352.674 euros (decresce 15%): 7) Valor final - 4.352.674 euros. No contexto do FSE: 1) Considerou-se a despesa pública do FSE - 35 294 118 euros; 2) Considerou-se a despesa pública base por GAL (no total de 21 GAL) -1.260.504 euros (ao qual se aplicou 75% para o contributo global); 3) Foram considerados um conjunto de indicadores específicos (ao qual se aplicou 25% para o contributo global); 4) No contexto dos indicadores específicos considerou-se a população residente e a população desempregada da área de intervenção; 5) Considerando a relação do indicador global com o indicador específico determinou-se um valor final de dotação de 1.514.519 euros. No contexto do FEDER: 1) Considerou-se a despesa pública do FEDER - 21.176.471 euros; 2) Considerou-se a despesa pública base por GAL (no total de 21 GAL) -756.302 euros (ao qual se aplicou 75% para o contributo global); 3) Foram considerados um conjunto de indicadores específicos (ao qual se aplicou 25% para o contributo global); 4) No contexto dos indicadores específicos considerou-se a população residente da área de intervenção e a população desempregada; 5) Considerando a relação do indicador global com o indicador específico determinou-se um valor final de dotação de 908.711 euros. No conjunto os três instrumentos - FEADER, FSE e FEDER - totalizam 6.775.906 euros.

Realização para Áreas de Cooperação (DLBC Rurais e Costeiros)

6 B A A





Enoturismo:

- Objetivos

Estruturar a oferta do enoturismo do Douro; Promover o enoturismo nos mercados prioritários; Reforçar o posicionamento do Douro como destino turístico de excelência; Contribuir para a concretização das metas do PENT e PDTVD.

- Metas

Subir patamar para o turismo do Douro, pelo seu carácter inovador, mas também pela organização e dimensão da oferta turística. Contribui para a concretização das metas estipuladas no PDTVD, ARTD, PENT.

- Mais-Valias

Desenvolvimento e valorização da oferta turística; promoção de efeito de escala para atingir o trade; abertura de novos mercados e reforço da visibilidade do Douro junto dos mercados prioritários. O enoturismo como fonte geradora de emprego.

- Parcerias

GAL DH; GAL DS; IVDP; Turismo de Portugal

Turismo-cultural:

- Objetivos

Objectivos

Desenvolver acções de valorização do património incluindo-o em redes de fruição patrimonial - nacionais e internacionais.

Metas

Contribuir para o aumento de visitantes ao território de acordo com as metas estabelecidas nos documentos orientadores do sector, PENT e PVTVD.

Mais-Valias

Valorização do património e cultura; criação de massa crítica que promova o património a um verdadeiro "activo" territorial.

Parcerias: GAL nacionais e europeus com actividade realizada nesta temática

Promoção do Território /Captação de investimento:

- Objetivos

Promover a valorização dos recursos do território; Alargar os mercados internacionais de procura pelos produtos do território; Captar investimento para a região; Contribuir para a internacionalização da economia do território.

- Metas

Contribuir para o atingir das metas de captação de IDE definidas para o próximo período de programação e para o aumento dos mercados dos produtos do Douro; criação de um organismo que tenha a captação de investimento como a sua actividade "core".

- Mais Valias

Incremento do IDE no Douro como ferramenta de criação de valor para o território através da participação de novos actores com diferente visão e dinâmica de investimento. Abertura do Douro a novos mercados. Geração de emprego e diversificação da economia regional.

- Parcerias : GAL DH; GAL DS; AICEP; MNE

Investigação aplicada à valorização dos recursos endógenos / agrícolas (vitivinicultura; fruticultura)

Objetivos

Promover novas metodologias que contribuam para a melhoria da produção; Sensibilizar a população produtora sobre a necessidade de aplicação de boas práticas produtivas; aplicação de novas técnicas a todo o processo produtivo; criação de valor para os produtores mantendo a actividade agrícola de base.

- Metas

Criação de mais valor aos produtos do sector primário sob diferentes prismas (melhoria das condições de produção; aprimoramento de espécies; massificação de uma identidade comum; diversificação de mercados pela via da valorização do produto)

Mais Valias

Desenvolvimento de metodologias aplicadas à agricultura que promova o Douro como uma região charneira no desenvolvimento agrícola. Abertura de novos mercados muito sensíveis à dimensão ambiental da produção (Norte da Europa e Canadá).

- Parcerias : GAL DH; GAL DS; ADVID; IVDP; UTAD





Modelo de Governação

Modelo de Governação

Modelo de gestão e organização que assegure a prossecução da EDL com eficácia e eficiência, incluindo descrição

A parceria Beira Douro (Douro Sul) definiu um modelo de organizacional de gestão cujos procedimentos garantem a participação activa de todos os constituintes da parceria (Associados da entidade ou não) e que, simultaneamente, estabelece a segregação de funções técnicas e de decisão.

Assembleia Geral - O Órgão deliberativo do DLBC sobre todas as questões que lhe estão subjacentes. Todas as decisões relacionadas com o DLBC, nomeadamente: Participar na elaboração da EDL; Aprovar EDL; Definir e aprovar a constituição do Órgão de Gestão; Acompanhar a execução da EDL, no sentido da concretização dos objetivos e metas definidas; Analisar e aprovar os relatórios de execução a submeter aos organismos que tutelam o DLBC, aprovar a constituição da Assembleia de parceiros; Assembleia de Parceiros - A Assembleia de Parceiros será um organismo consultivo do órgão de Gestão, mas que terá como missão realizar o acompanhamento, monitorização e avaliação da implementação da DLBC no Douro Sul; proceder à sua avaliação e produzir recomendações que visem melhorar os mecanismos de implementação dessa Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) no nosso território de Intervenção.

Órgão de Gestão – Nomeado pela AG, será constituído por cinco elementos, cuja representatividade será definida em estrito respeito pela diversidade da parceria e de acordo com os dispositivos regulamentares do DLBC quanto à representatividade das parcerias nos órgãos de decisão. Esse órgão tem entre outras competências: Garantir a dinamização e gestão da EDL; Assegurar a participação dos parceiros na implementação, acompanhamento e avaliação da EDL; Representar o GAL junto das autoridades nacionais e comunitárias; Aprovar os documentos referentes aos procedimentos, regulamentos específicos e orientações técnicas; Aprovar os avisos de abertura de concursos; Definir os critérios de seleção das candidaturas; Coordenar e assegurar a gestão técnica, administrativa e financeira do orçamento da EDL; Decidir sobre as candidaturas apresentadas; Analisar os resultados da execução.

Em plena articulação com o Órgão de Gestão (OG), estará a Equipa Técnica Local constituída por:
- Coordenação (que reporta diretamente ao Órgão de Gestão) que terá como missão participar nas reuniões do Órgão de Gestão; Garantir o desenvolvimento de todas as atividades inerentes à gestão técnica e operacional da implementação da EDL.

Equipa Técnica que terá como funções principais: Elaborar todos os documentos relativos à apresentação e análise das candidaturas e pedidos de pagamento, acompanhamento e execução das operações; Elaborar as propostas dos avisos de abertura de concurso. Elencando as funções por departamento temos:

Departamento de análise e avaliação de candidaturas: emitir pareceres técnicos sobre as candidaturas apresentadas; proceder à pontuação dos pedidos de apoio, com base nas valias globais de operação. Departamento de Acompanhamento e animação: Análise dos pedidos de pagamento; efetuar visitas a cada local de operação objeto de apoio; recolher dados estatísticos, físicos, financeiros e outros relativos à execução das operações apoiadas; informação da população local; criar dispositivos de participação dos parceiros locais na implementação, acompanhamento e avaliação da ELD.

Deverá ainda dinamizar a estratégia de cooperação do GAL estabelecendo contactos com outros GAL e outros grupos locais ativos no desenvolvimento local para o desenvolvimento de ações comuns de promoção dos territórios rurais.

O departamento administrativo e financeiro terá como funções a recolha e tratamento de dados relativos à execução da ELD, para a elaboração dos indicadores de acompanhamento; realizar a avaliação contínua da ELD e os relatórios de execução.

Todo o funcionamento será regulado por um documento - Manual de Procedimentos - a ser aprovado em Assembleia-Geral da Beira Douro, após parecer da Assembleia de Parceiros, produzido em coordenação









entre o Órgão de Gestão e a ETL do DLBC.

No acesso aos apoios, os beneficiários têm como interlocutor principal os departamentos de análise/ avaliação.

Tomada a decisão, o OG remete a informação ao departamento administrativo que comunicará à autoridade de Gestão do PDR2020 que, por sua vez, tomará as diligências necessárias para a contratualização do pedido de apoio.

O departamento de acompanhamento e animação será responsável pelo processo de acompanhamento da execução (verificação física no local; análise documental; comprovação da despesa; emissão de relatórios de acompanhamento; bem como assegurar a animação do território).

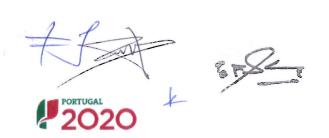
Estas ações vão ter em permanência o apoio de back-office do departamento administrativo e financeiro. Compete ao coordenador assegurar o correto funcionamento departamental, representar a ETL perante demais órgãos do GAL, bem como verificar o cumprimento da segregação de funções da ETL (Departamento de análise vs Departamento de acompanhamento).

Mecanismos de acompanhamento e avaliação, que garantam a monitorização e reajustamentos à EDL, tendo em vista os resultados contratualizados

O acompanhamento da implementação da Estratégia de Desenvolvimento Local será realizado ao nível dos diferentes órgãos que integram o modelo organizacional, no âmbito das funções que lhes estão atribuídas e que detalhamos em pontos anteriores. Como instrumentos de acompanhamento, podemos, em primeira estância destacar um grupo de documentos de governação:

- Manual de procedimentos Documento central que regula a aplicação do DLBC no nosso TI, e que estabelece os princípios e regras de funcionamento que o Grupo de Acção Local deve observar enquanto organismo Intermédio, nomeadamente, no que se refere à apresentação e análise dos pedidos de apoio, pedidos de pagamento, acompanhamento e execução das operações, de acordo com as orientações técnicas das autoridades de gestão dos fundos financiadores.
- Regulamentos específicos das medidas e acções que compõem o plano da EDL;
- Mapas de controlo de projeto, onde constam os dados da execução do investimento e respetiva comparticipação, o investimento a realizar, prazos de apresentação dos pedidos de pagamento, no sentido de verificar o cumprimento dos prazos previstos nos contratos de financiamento;
- Quadros de execução dos projetos aprovados, com indicação do investimento realizado e correspondente comparticipação, no sentido de avaliar o nível de execução global da EDL, permitindo ao mesmo tempo, uma análise detalhada de cada projeto;
- Mapa de controlo orçamental do projeto (por pedido de pagamento), onde é registada a execução em cada pedido de pagamento e aferida a execução por rúbrica de investimento, tendo por base o orçamento aprovado;
- Pareceres técnicos relativos a pedidos de alteração ao projeto, onde consta a análise do técnico, fundamentada nos dados da execução, bem como, no cumprimento dos termos e objetivos para o qual o pedido de apoio tinha sido apresentado e concedido;
- Relatórios de controlo in loco, que deverão, entre outras, evidenciar que os pagamentos efetuados aos beneficiários podem ser comprovados por documentos contabilísticos ou outros mantidos pelos beneficiários; que a natureza e o período de realização da despesa respeitam as disposições comunitárias e correspondem às especificações aprovadas da operação;
- Relatórios Finais de execução, onde constam dados de todo o processo de implementação da EDL; No que se refere às acções de acompanhamento, estas acontecem sobretudo em duas fases:

Acções de acompanhamento em contínuo e acções de controlo "expost". Neste caso, é verificado todo o histórico de aplicação dos fundos nas operações, cumprimento das disposições legais e num momento ulterior avaliado o impacto da aplicação dos mesmos.





A monitorização incidirá também sobre os resultados e impactos dos projectos e acções apoiadas no território de intervenção de forma a identificar os respectivos contributos para os resultados esperados da FDI.

É, nesse sentido, que consideramos que a avaliação assume um papel crucial na implementação de todo o processo.

Metodologicamente contribuirá para uma melhoria contínua ao introduzir flexibilidade na condução dos processos face aos progressos verificados, na análise e rectificação de desvios e, igualmente, na verificação do impacto das medidas implementadas. A avaliação aferirá também a pertinência dessas medidas para o cumprimento dos objectivos traçados e ajudará a criar o registo de percurso, fundamental para todo o território. Para a adequada implementação da EDL, propõe-se a aplicação de um modelo de avaliação caracterizado por duas perspectivas: a avaliação externa e a avaliação interna.

Avaliação Externa

No que diz respeito à avaliação externa, será efectuada por entidade externa, independente, e será discutida no quadro da Assembleia de parceiros e das Assembleias Gerais da Beira Douro. Esta terá 3 fases de avaliação:

1ª Fase - Avaliação Ex-ante

Realizada na fase de pré-projecto, terá como função confrontar os desígnios propostos no projecto, a natureza e adequação dos objectivos com as actividades a seguir para os atingir. Também avaliará as metas propostas e o real impacto no território, da implementação das ações a desenvolver(definição e apresentação da estratégia para o território). Serão definidos, nesta fase, os critérios de avaliação, a pertinência e relevância dos objectivos propostos. Será ainda realizada uma análise fina da estrutura técnica prevista, bem como da articulação da programação com o orçamento estabelecido.

2ª Fase - Avaliação Intercalar

Realizada no decurso de implementação do projecto, no ano 3 de implementação. Insere um carácter seminal para o sucesso do programa, pois servirá de instrumento fundamental no "corrigir da rota". Esta fase funcionará como balanço da acção desenvolvida e como tal dará os sinais necessários para a adequação da metodologia de implementação, com vista ao cumprimento dos objectivos estabelecidos. Será pelas razões apresentadas a fase de confrontação do programado com o executado, a sinalização dos desvios verificados ao nível físico, financeiro e temporal.

3ª Fase - Avaliação Final

Será elaborado um Relatório prévio realizado até ao final de implementação do programa, sendo o documento final realizado no pós-implementação do programa, preferencialmente até 1 ano e meio depois da finalização do mesmo, e no qual se avaliará o impacto no território, por via da análise dos indicadores de resultado definidos. Esta avaliação externa deverá ter a participação activa da parceria mas será realizada por uma entidade independente.

Avaliação Interna

Em relação à avaliação interna propõe-se implementar um sistema de gestão de qualidade, que será a ferramenta de avaliação contínua da implementação. Os processos de suporte e operativos do sistema permitirão monitorizar a correcta implementação EDL. Este sistema será coordenado pela equipa técnica sob a alçada do coordenador que terá por missão emitir - em articulação com o Órgão de Gestão - um relatório semestral que deverá ser apreciado e aprovado pela Assembleia de Parceiros (o conteúdo a abordar nesse relatório deve ficar definido no manual de procedimentos) e que funcionará como um ponto de situação da implementação do programa em permanência.

Documentos







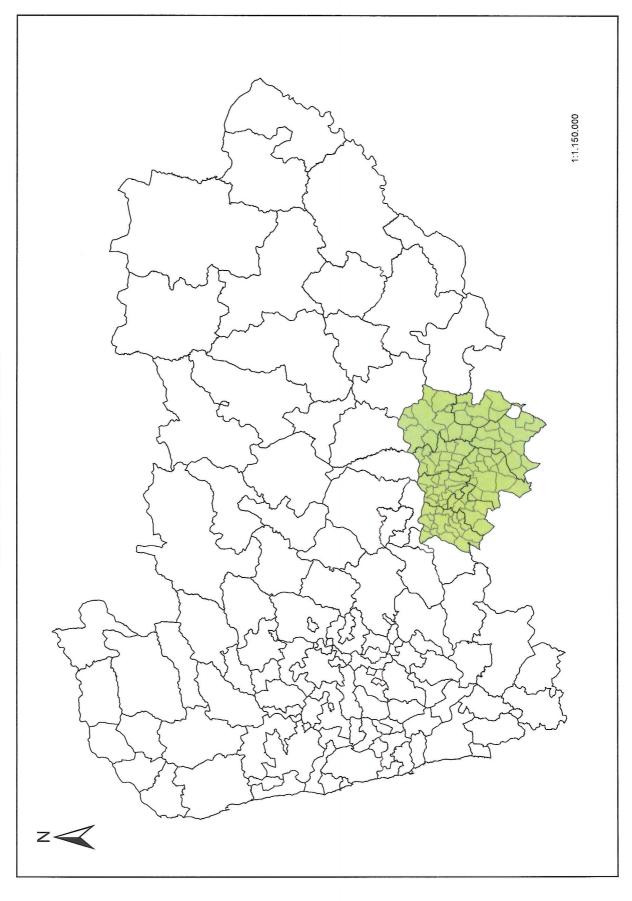


Tipo	Nome	Data	Utilizador
Outros	APROVACAO_DLBC_GAL_BD.pdf	24/07/2015 17:43	178003620
Órgão de Gestão e da Estrutura Técnica Local	ETL_DLBC_BD.pdf	24/07/2015 15:25	178003620
Outros	CV_VILMAOLIVEIRA_ETL.pdf	24/07/2015 15:27	178003620
Protocolo de parceria	Protocolo_GAL_BD.pdf	24/07/2015 15:46	178003620
Outros	CV_RUIOLIVEIRA_ETL.pdf	24/07/2015 15:26	178003620
Outros	REG_OG_DLBC_BEIRADOURO.pdf	24/07/2015 15:32	178003620
Outros	ASSEMBLEIA_PARCEIROS_GAL_BD .pdf	24/07/2015 17:43	178003620
Outros	ANEXOII_relação de associados do GAL.pdf	24/07/2015 15:28	178003620
Outros	REG_ASS_PARCEIROS_DLBC_BD.p df	24/07/2015 15:32	178003620
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-015.pdf	21/09/2015 16:47	
Outros	LISTA_PRESENÇAS_ASSEMBLEIAD EPARCEIROS_BD.pdf	24/07/2015 15:31	178003620
Protocolo de parceria	PROTOCOLO_PARCERIA_GAL_BD.p df	24/07/2015 17:42	178003620
Órgão de Gestão e da Estrutura Técnica Local	Órgão de Gestão DLBC Douro Sul.pdf	24/07/2015 15:24	178003620
Outros	CV_MIGUELSANTOS_ETL.pdf	24/07/2015 15:26	178003620
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-015.pdf	24/07/2015 17:51	178003620
Outros	ESTATUTOS_BD.pdf	24/07/2015 15:30	178003620
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-015.pdf	20/11/2015 17:48	
Outros	CV_SILVIABERNARDO_ETL.pdf	24/07/2015 15:27	178003620
Outros	CV_BD.pdf	24/07/2015 15:26	178003620
Outros	DLBC Rural_BEIRADOURO_Indicadores.xls	07/12/2015 17:10	503427870

Resumo dos Dados:			
Nome Beneficiário	BEIRA-DOURO - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO DOURO	NIF	503427870
Submetido por	RUI JORGE SANTOS ROCHA OLIVEIRA	NIF	178003620
Data de Submissão	07-12-2015		



ANEXO 2



DLBC RURAL: GAL BEIRA DOURO



English of

Território de Intervenção - BEIRA DOURO

Concelho	Freguesia	N.º Residentes Habitações
	Aldeias	337
	Cimbres	308
	Folgosa	428
	Fontelo	641
	Queimada	285
	Queimadela	248
	Santa Cruz	206
ARMAMAR	São Cosmado	598
	São Martinho das Chãs	549
	Vacalar	205
	Armamar	1464
	União das freguesias de Aricera e Goujoim	215
	União das freguesias de São Romão e Santiago	306
	União das freguesias de Vila Seca e Santo Adrião	507
	Avães	619
	Britiande	934
	Cambres	2066
	Ferreirim	904
	Ferreiros de Avães	509
	Figueira	342
	Lalim	729
	Lazarim	521
	Penajóia	1023
LAMEGO	Penude	1666
	Samodães	203
	Sande	916
	Várzea de Abrunhais	405
	Vila Nova de Souto d'El-Rei	824
	Lamego (Almacave e Sé)	12214
	União das freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca	706
	União das freguesias de Cepães, Meijinhos e Melcães	1071
	União das freguesias de Parada do Bispo e Valdigem	1039
	Alvite	1095
MOIMENTA DA BEIRA	Arcozelos	674
	Baldos	201

1 8 5 82 4		
Concelho	Freguesia	N.º Residente Habitações
	Cabaços	280
	Caria	507
	Castelo	245
	Leomil	1115
	Moimenta da Beira	2888
	Passô	343
	Rua	601
	Sarzedo	162
	Sever	536
	Vilar	382
	União das freguesias de Paradinha e Nagosa	236
	União das freguesias de Pêra Velha, Aldeia de Nacomba e Ariz	428
	União das freguesias de Peva e Segães	519
	Beselga	321
	Castainço	161
	Penela da Beira	353
PENEDONO	Póvoa de Penela	325
	Souto	317
	União das freguesias de Antas e Ourozinho	320
	União das freguesias de Penedono e Granja	1155
	Castanheiro do Sul	439
	Ervedosa do Douro	1294
	Nagozelo do Douro	414
	Paredes da Beira	629
	Riodades	462
SÃO JOÃO DA PESQUEIRA	Soutelo do Douro	459
	Vale de Figueira	462
	Valongo dos Azeites	227
	União das freguesias de São João da Pesqueira e Várzea de Trevães	2380
	União das freguesias de Trevães e Espinhosa	696
	União das freguesias de Vilarouco e Pereiros	412
	Arnas	220
	Carregal	393
SERNANCELHE	Chosendo	254
	Cunha	310
	Faia	207



Concelho	Freguesia	N.º Residentes Habitações
	Granjal	272
	Lamosa	179
	Quintela	294
	Vila da Ponte	470
	União das freguesias de Ferreirim e Macieira	581
	União das freguesias de Fonte Arcada e Escurquela	408
	União das freguesias de Penso e Freixinho	370
	União das freguesias de Sernancelhe e Sarzeda	1713
	Adorigo	397
	Arcos	233
	Chavães	385
	Desejosa	175
	Granja do Tedo	214
	Longa	370
TABUAÇO	Sendim	705
	Tabuaço	1782
	Valença do Douro	363
	União das freguesias de Barcos e Santa Leocádia	710
	União das freguesias de Paradela e Granjinha	180
	União das freguesias de Pinheiros e Vale de Figueira	324
	União das freguesias de Távora e Pereiro	512
	Mondim da Beira	786
	Salzedas	767
	São João de Tarouca	606
TAROUCA	Várzea da Serra	261
	União das freguesias de Gouviães e Ucanha	817
	União das freguesias de Granja Nova e Vila Chã da Beira	566
	União das freguesias de Tarouca e Dálvares	4245
	Total População BEIRA DOURO	74 095

 χ^{\prime}



ANEXO 3



2
⋽
8
₹
EIRA
ω.
2-015
5-02
ιģ
2015
199
2
≈
BC
ᆸ
::
eta
ž
e
Še
Š
ó
ŧ
'n
ŧ
ě
Ξ

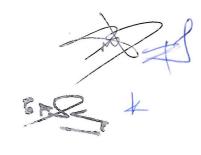
Five / Macdida
Etxo/Medida Indicador
Biii b) Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por emprego, incluindo autoemprego desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho.
8a b) Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho.
Ba g) Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas.
a) Património Cultural: ii) Proteção, valorização, conservação e promoção do património en histórico e cultural com elevado interesse turístico, incluindo em particular aquele que já é Património da Humanidade reconhecido pela UNESCO.
Aumento do número esperado de historia de jor de património Natural: b) Património Natural: i) Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e matural e atrações beneficiários de apoio visitação de Areas classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de relação com a naturas de informação, suportes de comunicação e divulgação.
Nº Estratégias



Quantificação das metas dos indicadores de desempenho do contrato (realização e resultado) para 2018 e 2023

BEIRA-DOURO - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO DOURO

				Indicadores Investimento	/estimento							
				Indicador c	Indicador de realização			Indicador	Indicador de resultado			Dotacão
Ю	PI/ Medida	Fundo	Tipologia	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Unidade medição	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Unidade medição	FUNDO a
PDR2020	99.M10	FEADER	Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas	Projetos apoiados	39	86		Empregos criados através de projetos LEADER apoiados				929 525,19
PDR2020	99.M10	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização	Projetos apoiados	2	4		Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	4	8		164 033,86
PDR2020	99.M10	FEADER	Diversificação de atividades na exploração	Projetos apoiados	5	11		Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	9	11		820 169,29
PDR2020	99.M10	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais	Projetos apoiados	2	5		Empregos criados através de projetos LEADER apoiados				136 694,88
PDR2020	99.M10	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais	Projetos apoiados	2	5		Empregos criados através de projetos LEADER apoiados				410 084,64
PDR2020	99.M10	FEADER	Renovação de aldeias	Projetos apoiados	3	7		Empregos criados através de projetos LEADER apoiados				273 389,76
PDR2020	99.M10	FEADER	Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas				- 13	Explorações ou Beneficiários apoiados, na restruturação	39	86		
PDR2020	99.M10	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização					Beneficiários apoiados, na modernização	2	4		
PDR2020	99.M10	FEADER	Diversificação de atividades na exploração					Explorações ou Beneficiários apoiados	5	11		
PDR2020	99.M10	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais				_	Beneficiários apoiados	9	15		
PDR2020	99.M10	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais					Beneficiários apoiados	9	15		
PDR2020	99.M10	FEADER	Renovação de aldeias				j	Beneficiários apoiados	12	28		
											Total	2 733 897,62



· l